



# Anais da Assembléia

N.62

CURITIBA, SEGUNDA-FEIRA, EM 16 DE JUNHO DE 1986

ANO XII

4.<sup>a</sup> SESSÃO LEGISLATIVA DA 10.<sup>a</sup> LEGISLATURA  
ATA DA 50.<sup>a</sup> SESSÃO ORDINÁRIA  
REALIZADA EM 16 DE JUNHO DE 1986  
SEGUNDA-FEIRA.

Presidência do Senhor Deputado Antônio Annibelli, secretariada pelos Senhores Deputados Anibal Khury e Djalma de Almeida César.

Às dez horas, é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Nilso Squarezi, Antônio Annibelli, Nelson Buffara, Anibal Khury, Quielse Crisóstomo, Fiori Luiz, Ezequias Losso, Acir Mezzadri, Adhail Sprenger Passos, Ailton Cordeiro, Amélia Hruschka, Antônio Belinati, Artagão Mattos Leão, Augusto Carneiro, Basílio Zanusso, Caíto Quintana, Dirceu Manfrinato, Djalma de Almeida César, Donato Gulin, Edgard Pimentel, Edmar Luiz Costa, Edilson Alencar, Eduardo Baggio, Erondy Silvério, Ervin Bonkoski, Ferrari Júnior, Francisco Escorsin, Fuad Nacli, Gabriel Manoel, Gerente Kirinus, Gilberto Carvalho, Hermas Brandão, Homero Oguido, Irondi Pugliesi, Ivan Gubert, Jorge Maia Filho, José Antonio Fonseca, Leônidas Chaves, Luiz Alberto Oliveira, Márcio Almeida, Mário Pereira, Nelson Vasconcellos, Nestor Baptista, Odeni Mongruel, Orlando Pessuti, Osvaldo Alencar Furtado, Paulo Furiatti, Péricles Pacheco, Rubens Bueno, Sabino Campos, Sérgio Spada, Tadeu França, Tadeu Lúcio Machado, Tércio Albuquerque, Trajano Bastos, Tuguio Setogutte, Werner Wanderer e Wilson Fortes (58).

Verificada a existência de número legal, o Senhor Presidente declara aberta a

## S E S S Ã O.

O SR. PRESIDENTE (Antônio Annibelli) - Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2.<sup>o</sup> SECRETÁRIO - procede à leitura da ata da sessão anterior, a qual é aprovada sem observações.

O SR. 1.<sup>o</sup> SECRETÁRIO - procede à leitura do seguinte

## EXPEDIENTE:

Ofício:

## OFÍCIO

Sob os ns. DTL/121, 122, 123, 124, 125, 126, 127 e 128/86, do Senhor Governador do Estado,

comunicando haver SANCIONADO os Projetos de Lei ns. 22/86, 309/85, 367/84, 319/85, 23/86, 279/85, 303/85 e 331/85, os quais convertidos em lei tomaram os ns. 8.315, 8316, 8.317, 8.318, 8.319, 8.320, 8.321 e 8.323, respectivamente. Anote-se Arquivase.

Requerimentos:

## REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de atribuições regimentais, respeitosamente REQUER, após ouvido o Plenário, preferência para a votação do Projeto de Lei n. 50/86, de autoria do Deputado NELSON BUFFARA, que acrescenta o item VIII ao Título "Dos Distribuidores", da Tabela XVI (Atos dos Contadores, Partidores, Distribuidores e Depositários Públicos), constante do Anexo da Lei n. 6.149, de 09.09.70.

Sala das Sessões, em 16 de junho de 1986.

(a) FERRARI JÚNIOR.

## REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, preferência de votação ao Projeto de Lei n. 25/86, que se encontra em Redação Final.

Sala das Sessões, em 16 de junho de 1986.

(a) EDILSON ALENCAR.

## REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

Requeiro os bons ofícios de Vossa Excelência no sentido de fixar a data para a entrega do título de Cidadão Honorário do Paraná ao Deputado José Alencar Furtado.

Esse título foi aprovado por esta Casa em 1983 e já foi devidamente sancionado pelo Governador do Estado.

Sala das Sessões, em 16 de junho de 1986.

(a) ANTONIO BELINATI.

## REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

Os Deputados que o presente subscrevem, no uso de suas atribuições regimentais, REQUEREM, ouvido o Plenário, seja consignado em ata nesta Casa, um voto de congratulações ao Município de Matinhos, pela passagem de seu 19.<sup>o</sup> aniversário de instalação, nesta data.

Elevado à condição de Município em 12 de junho de 1967, o Balneário de Matinhos, é hoje, sem dúvida, um marco de progresso

que muito orgulha os paranaenses em geral. Hoje, Matinhos é um município moderno, com seu povo irmanado por um constante progresso. Com vida própria, o município tem superado as normais dificuldades através de trabalho e sacrifício. Ponto turístico por natureza, seu paisagismo e a beleza de sua orla marítima arrastam sempre grande número de visitantes para conhecê-la, especialmente nas temporadas de verão.

Assim, nada mais justo que esta Casa homenageie o próspero município congratulando-se com seu aniversário, dando-se a devida ciência ao seu Prefeito Municipal, Mário Pock, da decisão aqui tomada.

Sala das Sessões, em 16 de junho de 1986.

(aa) ERVIN BONKOSKI  
NELSON BUFFARA.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que abaixo subscreve, usando de suas atribuições regimentais, REQUER, após a manifestação do soberano Plenário, seja consignado na ata dos trabalhos da sessão de hoje, um voto de congratulações ao povo do Município de Quitandinha, cuja cidade celebrou, em data de ontem, mais um aniversário de sua emancipação política.

Administrada pelo Prefeito Anatólio Lipinski, Quitandinha experimenta uma grande fase de crescimento. Lipinski realiza uma das maiores administrações de toda a história do Município. Homem honrado, trabalhador, cristão, tem caracterizado sua gestão como uma das mais humanas do Brasil.

Deus tem abençoado o povo de Quitandinha e o seu prefeito. Lipinski só não executa mais obras porque o Município tem sido discriminado pelo governo, que tem negado a concessão de verbas solicitadas por mesquinha política. E o povo é que acaba sendo prejudicado. Mesmo assim, dentro das possibilidades, com falta de maiores recursos, Anatólio Lipinski é um dos melhores Prefeitos do Paraná.

Requeiro que a decisão desta Casa de Leis seja comunicada ao Prefeito Anatólio Lipinski, na Prefeitura de Quitandinha, rogando que Deus continue a derramar poderosas bênçãos sobre sua administração e o povo daquele município onde o trabalho é a marca de todos os seus habitantes.

Sala das Sessões, em 16 de junho de 1986.

(a) ANTÔNIO BELINATI.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, encaminhamento de solicitação oficial dirigida à Ilustríssima Senhora Dire-

tora-Superintendente da FUNDEPAR - Fundação Educacional do Paraná, através da Excelentíssima Senhora Secretária de Estado da Educação, no sentido da liberação de material esportivo para a Escola Estadual Dom Pedro II - Ensino de 1.º Grau, localizada na Municipalidade de Janiópolis.

Congregando expressivo número de alunos, aquele tradicional e conceituado educandário vem enfrentando algumas dificuldades para o desenvolvimento da educação física. Ocorre que não existe material esportivo adequado e suficiente, gerando transtornos em prejuízo aos mesmos estudantes.

Por iniciativa apresentada pela Ilustríssima Senhora Diretora Sônia Lúcia Albuquerque, que o presente pedido venha a receber a necessária atenção, assim como a adoção de medidas ora pretendidas.

Sala das Sessões, em 16 de junho de 1986.

(a) RUBENS BUENO.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, encaminhamento de solicitação ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado da Segurança Pública, a realização de reformas gerais nas instalações da Delegacia policial localizada na Municipalidade de Iretama.

A presente solicitação é de iniciativa do Ilustríssimo Senhor Lourival Vieira de Lima. Na condição de Presidente do Diretório Municipal do Partido do Movimento Democrático Brasileiro, também em nome da Executiva, este afirma ser de vital importância a realização de reformas gerais nas instalações da delegacia, visto que, atualmente, existem problemas na parte elétrica, hidráulica e de pintura, principalmente.

Neste sentido, considerando a gravidade do problema, que esta Pasta, por seu turno, determine a liberação de recursos capazes de assegurar a revitalização do prédio do citado organismo policial de Iretama.

Sala das Sessões, em 16 de junho de 1986.

(a) RUBENS BUENO.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, encaminhamento de solicitação oficial dirigida à Ilustríssima Senhora Diretora-Superintendente da FUNDEPAR - Fundação Educacional do Paraná, através da Excelentíssima Senhora Secretária de Estado

da Educação, para a construção de uma quadra esportiva na Escola Estadual IV Centenário- Ensino de 1.º Grau, localizada no Distrito de mesmo nome, pertencente a Municipalidade de Goioerê.

Congregando os estudantes, que representam expressiva parcela da população, especialmente da juventude daquele progressista Distrito, a Escola Estadual IV Centenário tem enfrentado, nos dias de hoje, sérios problemas ante a falta de uma quadra em boas condições para a prática esportiva, o que tem comprometido grandemente o cumprimento do currículo escolar que prevê a disciplina da educação física como obrigatória ( Lei 5692).

Que essa Fundação, em conjunto com essa Pasta, num menor prazo de tempo possível, inclua, em seu orçamento, recursos capazes de permitir, efetivamente, o atendimento da presente proposta, de iniciativa formalizada pela Ilustríssima Senhora Diretora Silvia Prandini Moleiro, em nome também dos alunos e do professorado.

Sala das Sessões, em 16 de junho de 1986.

(a) RUBENS BUENO.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, encaminhamento de solicitação ao Excelentíssimo Senhor Secretário de Estado da Segurança Pública, encarecendo a realização de reformas gerais nas instalações da delegacia policial localizada na Municipalidade de Fênix.

Devido ao tempo em que foi edificado, a delegacia localizada na cidade de Fênix, apresenta, nas suas instalações, problemas seriíssimos, o que leva, inclusive perigo às pessoas.

Objetivando a realização de reformas do referido prédio, que esta Pasta, neste sentido, determine a destinação de verbas para a construção deste pedido, atendendo iniciativa do Ilustríssimo Senhor Delegado Damásio Quinteiro.

Sala das Sessões, em 16 de junho de 1986.

(a) RUBENS BUENO.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, encaminhamento de solicitação à Ilustríssima Senhora Diretora Superintendente da FUNDEPAR - fundação Educacional do Paraná, através da Excelentíssima Senhora Secretária de Estado da Educação, visando o envio de material para a Escola Estadual Papa Paulo VI - Ensino de 1.º Grau, localizada na Municipalidade de En-

genheiro Beltrão.

Tendo em vista o real interesse por parte do conjunto do estudantado, conforme manifestação da Ilustríssima Senhora Rosália Cândido Machado, para a prática esportiva, o presente requerimento objetiva o apoio junto a essa Fundação e a essa Pasta no sentido do envio de material esportivo para a Escola Estadual Papa Paulo VI.

Deste modo, por tratar-se de uma justa solicitação, de iniciativa da referida Diretora daquele conceituado e tradicional estabelecimento de ensino, que medidas sejam efetivamente tomadas, concretizando tal pretensão.

Sala das Sessões, em 16 de junho de 1986.

(a) RUBENS BUENO.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o soberano Plenário, encaminhamento de solicitação à Diretoria do Banco do Brasil a fim de que estudos sejam realizados visando o desmembramento da agência localizada na Municipalidade de Campina da Lagoa, em relação a agência da Municipalidade de Ubatã.

De acordo com dados do Censo realizado em 1980, Campina da Lagoa apresenta um contingente populacional superior a 23 mil habitantes. A maioria deles está, direta e indiretamente, com suas atividades voltadas para o processo agropastoril, representando a maior parcela que impulsiona o crescimento da região. Foi justamente por tais realidades, somada a outras inúmeras razões, que Campina da Lagoa mereceu, há alguns anos atrás, a implantação de uma agência do Banco do Brasil.

Em que pese considerar os benefícios advindos a medida que começou a atuar, o Banco do Brasil, no entanto, tem-se constatado um sério problema: trata-se da autonomia da referida instituição. Subordinada a agência de Ubatã, onde as decisões, além de serem centralizadas, demoram a ser tomadas. Os reflexos disto, para Campina da Lagoa são até mesmo incalculáveis, a começar pela lentidão na liberação de recursos para o Município que chegam através de Ubatã, havendo demoradas retenções. Além deste aspecto, a julgar o fato da potência em termos de agricultura e pecuária, Campina da Lagoa sofre para conseguir financiamentos agrícolas (como para a aquisição de tratores e implementos) uma vez que as verbas ficam para atender Ubatã, nada restando para os proprietários de Campina da Lagoa.

Portanto, vale dizer que não se trata de criticar os trabalhos da agência de Ubatã, mas apenas e tão-somente reivin-

dicar, em nome da coletividade de Campina da Lagoa, a completa autonomia de sua agência, o que por certo permitirá, conseqüentemente, a agilização, eficiência e recursos para fazer frente aos interesses daquela região.

Sala das Sessões, em 16 de junho de 1986.

(a) RUBENS BUENO.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o Plenário, envio de expediente aos Senhores Ministros: José Reinaldo Carneiro Tavares, dos Transportes; Iris Rezende Machado, da Agricultura; Deni Lineu Schwartz, do Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente, e João Martins Ribeiro, Diretor Geral do Departamento Nacional de Estrada de Rodagem.

Senhor João Elísio Ferraz de Campos, Governador do Estado do Paraná e aos Senhores Secretários de Estado: Heins Georg Herwig, dos Transportes; Brasília de Araújo Neto, da Agricultura; Fernando Eugênio Ghignone, da Cultura e do Esporte, no sentido de se estudar viabilidades em alterar a trajetória da rodovia Capanema-Medianeira, tendo em vista que a mesma irá atravessar o Parque Nacional de Iguaçu, para que o atentado contra a natureza não venha concretizar-se.

Sala das Sessões, em 16 de junho de 1986.

(a) EDILSON ALENCAR.

#### JUSTIFICATIVA:

A defesa do meio-ambiente virou tema de moda. Todo mundo escreve e faz conferências sobre isso. E o povo está se conscientizando de que, na verdade, a preservação do solo, da flora e da fauna são condições essenciais para a garantia de um tipo de vida para o homem mais elevado e mais consentâneo com as suas necessidades. Até o Poder Público se sensibilizou, e, nos planos da União dos Estados e dos Municípios, tem sido criados órgãos com a finalidade específica de ordenar e assegurar a defesa do meio-ambiente.

Mas tudo é muito bonito no plano teórico. Há tons poéticos na exaltação da natureza. Mas, quando algo surge, as lônas à natureza são deixadas de lado, e o próprio Poder Público ajuda a agredir e a devastar.

O Paraná foi vitimado pelo crime irreparável da destruição do Salto das Sete Quedas, em Guaíra, para ceder lugar ao reservatório da usina hidroelétrica de Itaipu.

Novo atentado se projeta contra o Paraná, mediante a construção da rodovia Capanema-Medianeira, e cujo traçado deverá atravessar o Parque Nacional do Iguaçu,

numa extensão de 14 quilômetros. É uma aberração, pelo fato de que esse Parque Nacional fôra criado justamente para preservar a dendroclastia do homem, porção reduzida de um território que se caracterizava por uma floresta exuberante e rica em espécies vegetais, com uma população animal variada e rara. E é criminoso o projeto, porque vai aniquilar, apesar de todas as falsas e mirabolantes promessas que sejam feitas, aquelas riquezas naturais que, a duras penas, tem sido conservadas.

O clamor público no Estado se ergue com força cada vez maior. Manifestam-se intelectuais e políticos, entidades culturais, o povo nos recintos fechados e nas ruas, contra a travessia da nova estrada pelo Parque Nacional do Itaipu.

Ainda agora, em sua última reunião, o Conselho Estadual de cultura acolheu o voto do eminente professor João Bigarella, ardoroso ecologista, contra a obra planejada. É um voto de peso de quem sabe o que está falando.

O projeto, segundo Bigarella, viola frontalmente o disposto no artigo 180 da Constituição Federal, assim como o Código Florestal e o Decreto n.84107, de 21 de setembro de 1979, este último destinado a proteger os parques nacionais.

Cumpra à Assembléia Legislativa, que, em tantas ocasiões, se pronunciou, com firmeza, em prol da manutenção dos ninhos ecológicos, sair em campo, para a defesa, também, do Parque Nacional do Iguaçu.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, REQUER, depois de ouvido o Plenário, o envio de expediente ao Doutor Fernando Miranda, Secretário de Estado da Indústria e Comércio, solicitando a adoção de medidas que assegurem às empresas com mais de cem empregados o cumprimento da legislação vigente que as obriga a manterem creches para os filhos de seus funcionários.

Sala das Sessões, em 16 de junho de 1986.

(a) MÁRCIO ALMEIDA .

#### JUSTIFICATIVA:

Alguns órgãos de fomento do Governo Federal, já estão tomando posições decisivas no sentido de somente liberar financiamentos com a apresentação paralela de projetos para instalação de creches.

Neste sentido, avalisamos a solicitação da Vereadora Vera Manella Cordeiro, de Londrina, que recentemente encaminhou requerimento, de igual teor a Vossa Excelência.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

A Deputada que subscreve o presente, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Soberano Plenário, seja enviado expediente ao Ilustríssimo Senhor Doutor Delcídio Tavares da Silva, MD. Superintendente do INAMPS, solicitando aumento de cotas de internamento hospitalares de 87 para 150 autorizações de internamento e aumento do número de consultas para 3 tetos, do Hospital e Maternidade Santo Antonio de Mamborê.

Sala das Sessões, em 16 de junho de 1986.

(a) AMÉLIA HRUSCHKA

#### JUSTIFICATIVA:

O município de Mamborê tem hoje aproximadamente 25 mil habitantes, número que justifica o aumento de cotas de internamentos e consultas mensais, tendo em vista que os números atuais encontram-se defasados diante da necessidade existente e do aumento do número da demanda no atendimento médico-hospitalar.

O Hospital e Maternidade Santo Antonio vem prestando excelente atendimento ao povo daquele município e região, merecendo, portanto, aumentos das cotas de internamentos e consultas.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, e após ouvido o Douto Plenário, REQUER, o envio de expediente ao Excelentíssimo Secretário de Estado dos Transportes, doutor Heinz Georg Herwig, solicitando, em caráter de urgência, reparos em alguns trechos do acostamento da rodovia BR- 272, localizados entre Mauá (Município de Marilândia do Sul) e Porto Ubá (Município de Faxinal).

Sala das Sessões, em 16 de junho de 1986.

(a) ORLANDO PESSUTI.

#### JUSTIFICATIVA:

Em virtude do péssimo estado em que se encontram alguns trechos do acostamento da Rodovia BR-272, trecho compreendido entre Mauá e Porto Ubá, e tendo em vista o intenso tráfego naquela Rodovia, tanto de veículos como de pedestres, estes últimos residentes naquele trecho e/ou proximidades, que necessitam locomover-se, é necessário que, com a máxima urgência, se procedam reparos nos trechos danificados do acostamento, evitando assim, que aconteçam acidentes com vítimas fatais.

O acostamento, principalmente onde apresentam defeitos, é muito usado por escolares, por trabalhadores rurais, e pela totalidade dos residentes às margens daquele trecho da rodovia.

Além do perigo representado pela falta do acostamento ( em alguns trechos), para

os pedestres, também é considerável o perigo para o trânsito de veículos que no caso de emergência, e acostamento em más condições, estão sujeitos a graves acidentes.

#### REQUERIMENTO

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, e após ouvido o Douto Plenário, REQUER, o envio de expediente ao Excelentíssimo Secretário de Estado dos Transportes, Doutor HEINZ GEORG HERWIG, solicitando a construção de pistas laterais na principal via de acesso à cidade de Ivaiporã.

Sala das Sessões, em 16 de junho de 1986.

(a) ORLANDO PESSUTI.

#### JUSTIFICATIVA:

Com a pavimentação da Rodovia PR- 466, em 1976, o acesso principal à Cidade de Ivaiporã vem sendo feito através de uma pista construída e pavimentada pelo DER/PR, naquele mesmo ano.

Naquela época e, até alguns anos depois, aquela via de acesso atendeu perfeitamente às necessidades que, contudo, e com o passar dos anos, face ao crescente e significativo desenvolvimento econômico, social e populacional, acabou por se tornar obsoleta, precária e, até, perigosa, como bem provam os inúmeros acidentes que ocorreram naquela via de acesso nos últimos meses.

Solicitamos, pois, à Secretaria de Estado dos Transportes para que realize um levantamento para a viabilização e construção de pistas laterais na atual via de acesso, pistas essas que atendam o tráfego usual, além de veículos como tratores, charretes e bicicletas, com drenagem das águas pluviais e iluminação adequada.

Com essas providências, e mais a conclusão do acesso secundário ( em obras), a comunidade ivaiporense se dará por atendida em mais uma de suas muitas reivindicações.

#### Projeto de Lei:

PROJETO DE LEI N. 134/86  
A Assembléia Legislativa  
do Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art.1.º- Obrigatoriedade nos postos e centros de saúde, bem como hospitais e maternidades da rede pública prestadora de serviços de saúde, da utilização de parte de seu turno com atividade de orientação e exposição de métodos naturais de planejamento familiar, pelos profissionais que atuam neste setor;

Parágrafo Único- o disposto neste ar-

tigo aplica-se também aos hospitais, maternidades e demais órgãos sanitários particulares subvencionados pelo Estado;

Art.2.- Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 16 de junho de 1986.

(a) MÁRCIO ALMEIDA.

#### JUSTIFICATIVA:

Diante da questão que se faz presente no Brasil, a respeito do planejamento familiar, com direito do casal de decidir sobre o número de filhos que deseja ter, tornou-se premente a implantação de um programa de assistência integral à saúde da mulher que favoreça a discussão, entre homens e mulheres, sobre as questões referentes a concepção e contracepção.

A orientação sobre a reprodução, no programa acima referido, não tem objetivos controlistas, ao contrário, visa difundir o princípio básico de que é um direito de todo casal a decisão sobre o número de filhos que deseja ter.

Para a aplicação deste programa faz-se necessário a criação de uma infra-estrutura que garanta a sua real eficácia, para tanto, é importante que se façam debates e reuniões entre as instituições prestadoras de serviços de saúde e a população usuária dos mesmos. Este é um primeiro passo concreto para o êxito do programa.

O esclarecimento a respeito dos vários métodos contraceptivos do planejamento familiar, de suas indicações e contra-indicações, é um direito da população que deverá optar pelo que melhor lhe convier. Neste sentido, nada mais oportuno e necessário que a difusão dos métodos naturais que, entre as suas inúmeras vantagens, contribui decisivamente para a elevação do conhecimento da mulher sobre seu corpo e para a conscientização e discussão mais aprofundada a respeito da saúde da mulher.

O SR. PRESIDENTE (Antônio Anibelli) - Está finda a leitura do expediente.

Não havendo oradores inscritos nem para o Pequeno e nem para o Grande Expediente, concedo a palavra ao Senhor Deputado Rubens Bueno.

O SR. RUBENS BUENO - Senhor Presidente, Senhores Deputados. (Lê):

"Quando, em diversas oportunidades, nos pronunciamos quanto à importância e necessidade de devolver a este Poder toda a credibilidade de que ele deve ser merecedor, na maioria de nossas aloquções as palavras que proferimos não encontraram nesta Casa o devido eco. Por diversas vezes, inclusive de posse de dados estatísticos fornecidos pelo INSTITUTO GALLUP, provamos que a opinião pública não nos

credita a sua confiança, porque justamente em decorrência dos muitos anos de submissão ao Executivo foi nos retirada a nossa prerrogativa fundamental a de fiscalizar. Por outro lado, este Poder de autoridade naqueles anos obscuros, que passamos nas últimas duas décadas. Porém, Senhores Deputados, estamos vivendo tempos de renovação; novos tempos de liberdade democrática, tempos que, muito embora com nossa ação extremamente limitada aos parâmetros impostos pelas autoridades palacianas, ajudamos indiscutivelmente a conquistar.

Isto mesmo: se vivemos e respiramos com maior confiança no futuro, foi graças às lutas que, paralelamente à população, desenvolvemos através das poucas prerrogativas que nos deixaram, entre elas se destacando a própria dignidade. Porém, se reconquistamos a nossa independência política, a cada dia que passa, ainda não conseguimos conquistar a credibilidade perante a população. E isto se deve porque o Legislativo, emperrado anda pelas práticas de um passado recente, de alguns poucos Parlamentares esbarra na inércia de outros companheiros com assento nesta Casa.

Há dois anos atrás, apresentamos à consideração deste Plenário o Projeto de Resolução n. 98/84, o qual se dispunha a regular a utilização dos veículos oficiais do Poder Legislativo. Infelizmente até hoje, e por motivos que nos são totalmente desconhecidos, tal disposição normativa não foi até ao momento aprovada, nem mereceu a apreciação que a seriedade de que estava imbuído lhe cabia. Tal projeto de resolução encontra-se desde março de 1984 com a Comissão Executiva desta Casa.

Não estamos hoje nos pronunciando contra esta atitude, por ela estar prejudicando um projeto de nossa autoria. Outros projetos de autoria de outros Parlamentares, também merecedores da necessária apreciação, se encontram engavetados, esquecidos, nos labirintos desta Casa. Argumentamos hoje com o plano de resolução que se dispõe a regular a utilização dos veículos oficiais do Legislativo, principalmente porque ontem, um desses veículos foi protagonista de um lamentável incidente, quando transportando materiais contrabandeados, foi barrado pela Polícia Rodoviária Federal.

É evidente que o Deputado Fiori Luiz, companheiro de longa data, pessoa alibada e acima de qualquer suspeita, não tinha conhecimento das atitudes menos idôneas e até irresponsáveis do funcionário que estava à sua disposição. Mas, este procedimento, que poderia perfeitamente ter sido evitado através de um regulamento interno do poder Legislativo sobre a utilização dos seus veículos, vai agora repercutir, em toda a sua crueza, sobre os ombros de

cada um de nós que temos a função de fiscalizar os demais Poderes, e não temos a força de colocar em ordem a nossa própria Casa.

Espero, sinceramente, Senhor Presidente, Senhores Deputados, que a ocorrência do incidente venha determinar por parte da Comissão Executiva deste Poder as necessárias diligências para a aprovação de todas as matérias de relevância interna, com o objetivo de salvaguardar o Legislativo e seus integrantes, e de preservar as conquistas de que fomos atuantes protagonistas sempre na defesa da representação popular que nos delegaram.

É o seguinte o teor do Projeto de Resolução n. 98/84, apresentado no dia 25 de abril de 1984, nesta Casa.

PROJETO DE RESOLUÇÃO N. 98/84  
A Assembléia Legislativa  
do Estado do Paraná

DECRETA:

SÚMULA: Regula a utilização dos veículos oficiais do Poder Legislativo.

Art. 1.º - A utilização de veículos oficiais do Poder Legislativo reger-se-á pelas disposições desta Resolução.

Art. 2.º - Para os efeitos desta Resolução, são considerados veículos oficiais do Poder Legislativo, os automotores de propriedade da Assembléia Legislativa, utilizados para a prestação de serviços.

Art. 3.º - A classificação dos veículos oficiais do Poder Legislativo, fica assim determinada:

I - Categoria A - de Representação

II - Categoria B - de Serviço

Art. 4.º - Os veículos oficiais pertencentes ao Poder Legislativo, somente poderão ser conduzidos por servidor pertencente aos Quadros de Pessoal da Assembléia Legislativa, e proibida a sua destinação diversa da de serviço público.

Art. 5.º - A fiscalização do uso de veículos oficiais deste Poder Legislativo será executada pelo Serviço de Segurança, sob a supervisão da Diretoria Geral.

§ 1.º - Somente poderão conduzir os veículos oficiais da Assembléia Legislativa do Estado, os funcionários regularmente habilitados e autorizados para tal finalidade;

§ 2.º - Os servidores de que trata este artigo, responderão por qualquer infração prevista no Código Nacional de Trânsito, bem como pelos danos ocasionados por acidentes, desde que comprovada sua culpabilidade.

§ 3.º - O servidor que fizer uso de veículo oficial fica responsável pela sua utilização durante o tempo que estiver em

serviço, para os efeitos do parágrafo precedente.

Art. 6.º - Os veículos oficiais serão utilizados, exclusivamente nos dias úteis, dentro da faixa de expediente de trabalho, de acordo, com o disposto no art. 1.º, do Decreto n. 780, de 18/05/83, e sem sair da área metropolitana de Curitiba.

Parágrafo Único - Ficam excluídos desta determinação, os veículos destinados à representação, quando devidamente autorizados pela Comissão Executiva.

Art. 7.º - O servidor que infringir o disposto da presente Resolução, sofrerá as penalidades estabelecidas no Estatuto dos Funcionários Cíveis do Estado, ou do regime jurídico a que estiver sujeito.

Art. 8.º - Através do Decreto Legislativo, a ser baixado pela Comissão Executiva, 30 dias após a publicação desta Resolução, serão especificados os veículos pertencentes às categorias A e B, de que trata o art. 3.º, bem como a utilização para as finalidades a que se destinam, e demais normas reguladoras e de fiscalização.

Art. 9.º - Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, e 24 de abril de 1984.

(a) RUBENS BUENO

JUSTIFICATIVA:

Através da presente Resolução, visamos estabelecer uma norma de utilização dos veículos do Poder Legislativo, a exemplo das demais existentes em outros Poderes do Estado.

Além desse aspecto, adequa-se ao princípio de parcimônia no uso da coisa pública, conforme o direcionamento do Governo do Estado, dentro dos órgãos públicos estaduais; o respeito às estruturas, que o Estado possui para melhor atender os particulares no cumprimento dos serviços, é uma das principais diretrizes que deve também ser adotado neste Poder Legislativo.

A regulação e fiscalização sobre os veículos do Poder Legislativo impõe-se e servirá como um exemplo que, como outros, vem sendo adotados neste Poder".

O Sr. Airton Cordeiro - Vossa Excelência me permite um aparte? (Assentimento).

Devo manifestar a Vossa Excelência os meus cumprimentos. Em primeiro lugar, com a preocupação que Vossa Excelência demonstra neste momento, porque hoje, infelizmente, não é o motorista, não é o Deputado, que na boca do povo do Paraná e do Brasil, experimenta o dissabor de um incidente tão desagradável quanto ao que aconteceu ontem, numa rodovia federal, em nosso Estado.



Hoje, o povo volta a falar mal dos Deputados, volta a falar mal da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná e questiona a necessidade, inclusive, da existência do Poder Legislativo, um Poder que Vossa Excelência sabe, que é castrado, constitucionalmente impedido de tomar inúmeras iniciativas e que, no entanto, tem aparecido nestes últimos tempos tão somente para denegrir ainda mais a imagem do político brasileiro.

Veja Vossa Excelência a questão do jecton no Congresso Nacional. Agora, há pouco tempo, em São Paulo, tivemos a cassação do mandato parlamentar de um Deputado Estadual, por traficar influência e aqui no Paraná hoje, nós estamos vendo a Assembléia sendo alvo de todo um arsenal de comentários pejorativos contra os Senhores Parlamentares.

Quero lembrar a Vossa Excelência e à Casa, que há pouco tempo, o finado companheiro e Deputado Luiz Gabriel Sampaio, manifestou preocupação semelhante a de Vossa Excelência, quando buscava cercar efetivamente o uso dos veículos oficiais e, inclusive compatibilizando a ação efetiva da sociedade em busca da austeridade e procurava o Deputado Luiz Gabriel Sampaio com o seu projeto, moralizar o uso dos veículos oficiais e restringir este uso a um mínimo indispensável.

Quer me parecer, Deputado Rubens Bueno, que a Assembléia Legislativa do Estado do Paraná precisaria, na verdade, apenas do carro de representação oficial do Presidente do Poder, porque todos os Senhores Parlamentares recebem uma ajuda para a manutenção do seu transporte terrestre. Consequentemente não há necessidade desta orgia de automóveis oficiais na Assembléia Legislativa do Estado do Paraná e informo a Vossa Excelência e à Casa que estarei encaminhando, amanhã, um requerimento à Comissão Executiva de quantos veículos oficiais dispõe a Assembléia Legislativa do Paraná, a que e a quem se destinam estes veículos, para que nós possamos, realmente, colocar a Assembléia Legislativa nesta linha de moralização que o País inteiro está experimentando.

Há pouco tempo ainda, nós observamos o Governo Federal tomando iniciativa neste sentido, eliminando ou reduzindo, substancialmente, a frota de automóveis especiais do Governo Federal. Aqui mesmo, no Governo do Paraná, a Secretaria da Administração se orgulha muito de um plano seu de limitar o uso dos carros oficiais e, de inclusive, alienar carros oficiais desnecessários para o funcionamento da máquina administrativa.

Então, cumprimento Vossa Excelência, lamentando profundamente que este Projeto de Resolução de Vossa Excelência esteja

engavetado, perdido não se sabe onde desde 1984, e complementarmente nós adotaremos também providências, para que possamos saber como esta questão vem sendo administrada internamente no Poder Legislativo.

Meus parabéns e muito obrigado!

O SR. RUBENS BUENO - Agradeço o aparte do Deputado Airton Cordeiro, fazendo votos de que se restabeleça a discussão desse projeto nas Comissões Técnicas e Plenário, esperando receber de Vossa Excelência a devida acolhida e, também evidentemente, as condições necessárias para o aperfeiçoamento daquele plano de lei.

O Sr. Airton Cordeiro - Esteja certo de que esta acolhida será prazeirosamente consagrada a Vossa Excelência.

O SR. RUBENS BUENO - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Este é chegado o momento que a gente tem que cobrar da Comissão Executiva esta posição. O aparte do Deputado Airton Cordeiro vem a calhar. Nós já vimos pelo interior do Estado, Parlamentares viajando com carros da Assembléia Legislativa. Isto para nós é uma afronta ao Poder; é uma imoralidade o uso e o abuso do veículo oficial em proveito próprio deste ou daquele Parlamentar.

É importante também destacar, Senhor Presidente, Senhores Deputados, que nós temos notado, temos observado, temos levado ao conhecimento da Comissão Executiva anterior e levamos agora, publicamente a esta presidida pelo nobre Deputado Antônio Annibelli, de que também veículos da Assembléia Legislativa, fora do horário normal do expediente, por volta de 20:00 horas, 21:00 horas, nós temos encontrado à porta de bares e restaurantes aqui em Curitiba. Isto, realmente é uma imoralidade que a Comissão Executiva tem que tomar providências. A primeira providência que eu requeiro, oficialmente, neste momento, é o restabelecimento deste Projeto de Resolução para tramitação normal nesta Casa, para que os Senhores Deputados possam participar, discutir e apresenta sugestões àquele plano de lei.

Concedo aparte ao nobre Deputado Basílio Zanusso.

O Sr. Basílio Zanusso - Nobre Deputado Rubens Bueno, estou aqui fazendo coro às palavras do Deputado Airton Cordeiro. Eu apenas acho, como contribuição, porque me parece muito oportuno, lembrar à Casa que no biênio 79/80, quando nós participamos da Comissão Executiva nesta Casa, na Primeira Secretaria, uma das primeiras atitudes daquela Comissão Executiva foi a



seguinte: A primeira Secretaria que tinha até então cinco automóveis, reduziu para dois. A Presidência que tinha quatro automóveis ficou reduzida também, para dois automóveis. E a Segunda Secretaria que era ocupada pelo ilustre ex-Deputado Domício Scaramela, que honrou esta Casa por longos anos e o Paraná inteiro, que tinha três automóveis ficou, seu gabinete reduzido para um automóvel. Seria muito simples a administração e a fiscalização, por parte da Casa, aos carros oficiais do Poder Legislativo se o número fosse bem menor do que é atualmente.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Antônio Annibelli) - Agradeço o aparte do nobre Deputado Basílio Zanusso, e faço votos que aquilo que aconteceu na sua gestão, realmente volte a ocorrer na Assembléia Legislativa do Paraná.

Senhor Presidente, é hora de cobrar! Vamos fiscalizar vamos legislar, vamos liberar, mas não atiremos pedras em outros telhados, ates de nos certificarmos de que substituíram nossas telhas de vidro.

Vamos colocar a Casa em ordem, para sermos efetivamente merecedores da representação que possuímos, da legitimidade constitucional nascida em cada mandato. Esta Presidência anuncia ao Deputado Rubens Bueno que irá descobrir o caminho deste seu projeto, e que trará à discussão dos Senhores Parlamentares.

O SR. RUBENS BUENO - Somente para orientar Vossa Excelência, o Projeto de Resolução é número 98/84, e foi apresentado a este Plenário, no dia 25 de abril de 1984.

Muito obrigado. (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Antônio Annibelli) - Esta Presidência já determinou ao Senhor Primeiro Secretário a abertura do Inquérito Administrativo e o afastamento do referido funcionário para que esta Comissão possa analisar e verificar, e caso o funcionário seja culpado será punido com a exoneração.

E a Presidência também ressalva a condição do Deputado Fiori Luiz que, temos certeza, é um Deputado sério emerece a nossa confiança. Temos certeza ele está completamente isento de culpa neste caso.

Consulto a Liderança do PMDB se fará uso do seu horário.

Concedo a palavra ao Deputado Edilson Alencar por dez minutos.

O SR. EDILSON ALENCAR - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

(Lê a justificativa de um requerimento apresentado em 20 de maio do ano em

curso).

#### JUSTIFICATIVA:

A defesa do meio-ambiente virou tema da moda. Todo mundo escreve e faz conferências sobre isso. E o povo está se conscientizando de que, na verdade, a preservação do solo, da flora e da fauna são condições essenciais para a garantia de um tipo de vida para o homem mais elevado e mais consentâneo com as suas necessidades. Até o Poder Público se sensibilizou, e, nos planos da União dos Estados e dos municípios, têm sido criados órgãos com a finalidade específica de ordenar e assegurar a defesa do meio-ambiente.

Mas, tudo é muito bonito no plano teórico. Há tons poéticos na exaltação da natureza. Mas, quando algo surge, as loas à natureza são deixadas de lado, e o próprio Poder Público ajuda a agredir e a devastar.

O Paraná foi vitimado pelo crime irreparável da destruição do Salto das Sete Quedas, em Guaíra, para ceder lugar ao reservatório da usina hidrelétrica de Itaipu.

Novo atentado se projeta contra o Paraná, mediante a construção da Rodovia Capanema - Medianeira, cujo traçado deverá atravessar o Parque Nacional do Iguaçu, numa extensão de 14 km. É uma aberração, pelo fato de que esse Parque Nacional fora criado justamente para preservar a dendroclastia do homem, porção reduzida de um território que se caracterizava por uma floresta exuberante e rica em espécies vegetais, com uma população animal variada e rara. E é criminoso o projeto, porque aniquilar, apesar de todas as falsas e mirabolantes promessas que sejam feitas, aquelas riquezas naturais que, a duras penas, têm sido conservadas.

O clamor público, no Estado, se ergue com força cada vez maior. Manifestam-se intelectuais e políticos, entidades culturais, o povo, nos recintos fechados e nas ruas, contra a travessia da nova estrada pelo Parque Nacional do Iguaçu.

Ainda agora, em sua última reunião, o Conselho Estadual de Cultura acolheu o voto do eminente professor João Bigarella, ardoroso ecologista, contra a obra planejada. É um voto de peso de quem sabe o que está falando.

O projeto, segundo Bicarella, viola frontalmente o disposto no artigo 180, da Constituição Federal, assim como o Código Florestal e o Decreto n.84107, de 21 de setembro de 1979, este último destinado a proteger os parques nacionais.

Cumpre à Assembléia Legislativa que, em tantas ocasiões, se pronunciou com firmeza, em prol da manutenção dos ninhos ecológicos, sair em campo para a defesa,

também do Parque Nacional do Iguaçu.

O Sr. Werner Wanderer - Vossa Excelência me permite um aparte? - (Assentimento) Deputado Edilson Alencar, ontem, teve uma grande concentração no Parque Nacional do Iguaçu, solicitando autorização e mostrando que há necessidade da pavimentação daquele trecho do Parque. Primeiro, todo o Oeste do Paraná, quando foi colonizado, passou exatamente pelo Parque Nacional Iguaçu. Aquela estrada está lá há mais de trinta anos. O que devia estragar, já estragou, em termos de desmatamento que foi necessário para a estrada.

Agora, o que é estranho, em toda esta estória, é que um pouco antes da eleição em Medianeira, o Governador José Richa, o Ministro dos Transportes, o Secretário dos Transportes do Estado do Paraná, e tantos outros políticos, Deputados do seu partido, foram iniciar a rodovia pavimentada ligando Medianeira a Capanema. E, naquele dia, o Governador José Richa disse o seguinte: "- Está autorizada, vou fazer a estrada, não quero nem saber".

Com o poder, com a autoridade que tinha e tem ainda, estava solucionado o problema. Iniciaram a rodovia. Mesmo sem concorrência, colocaram máquinas e ganharam a eleição nos municípios de área de segurança nacional. E o que está acontecendo agora?

Novamente um movimento para enganar a torcida, para ganhar novamente mais uma eleição. Porque amanhã, volta o ex-Governador José Richa com todos os políticos que representam aquela região e vão fazer o seguinte: vão precisar um salvador da Pátria. O que vai acontecer? Carta marcada. Estou dizendo agora, porque tenho certeza que está decidido que lá vai passar a rodovia pavimentada. Não há dúvida alguma.

Sou a favor da ecologia, mas acho que é fato consumado, porque o Governo do Estado está nas mãos do PMDB. O Governo Federal está nas mãos do PMDB: O que estão fazendo é querer ganhar mais uma eleição.

Vou dizer ao nobre Deputado que aquela rodovia, sem dúvida alguma, é necessária para o Oeste do Paraná. Sou inteiramente favorável. Ontem, não participei daquela concentração porque achei que foi uma enganação. E é um enganação. Mas gostaria de dizer o que devemos fazer, ver o que menos prejudica em termos de ecologia. Agora, que é necessário, que é absolutamente importantante esta rodovia pavimentada, é.

Mas, preocupo-me também com a ecologia.

Muito obrigado.

O SR. EDILSON ALENCAR - Agradeço o aparte do nobre Deputado.  
Gostaríamos de nos manifestar, dizendo

que nem nós, e nem o PMDB, estamos contra a construção desta rodovia.

O que estamos, neste momento, é encaminhando à Mesa um requerimento às autoridades competentes da República, no sentido de estudar a viabilidade de alterar a trajetória da Rodovia Capanema - Medianeira, tendo em vista que a mesma irá atravessar o Parque Nacional do Iguaçu para que o atentado contra a natureza não venha a se concretizar. Somos favoráveis à essa rodovia. Acho-a necessária. Já devia, há muito, ter sido construída no Paraná. No entanto, precisaria também que fosse preservada a natureza, por esta razão do nosso pronunciamento, Sr. Deputado.

O Sr. Werner Wanderer - Vossa Excelência me concede um aparte? - (Assentimento) Eu conheço bem a região, conheço bem mesmo. Se mudar, ela não tem mais sentido; a rota da rodovia e o que devia ter estragado, já estragou. Porque, vamos analisar.

Em qualquer parte do mundo, nos Estados Unidos ou em qualquer parte, eles têm rodovias no meio das florestas até para as pessoas admirarem a natureza, usufruírem daquilo que a natureza tem de bom. O que já foi estragado, já estragou. O que nós devemos fazer depois é cuidar, fiscalizar, porque se for analisar a rodovia que vai de Foz do Iguaçu até as Cataratas, ela passa no meio do Parque Nacional, inclusive, estão fazendo a segunda pista. O que se tem de fazer, é fiscalizar e depois cuidar. Mas não tem sentido mudar a rota, porque daí esta não tem mais sentido.

O SR. EDILSON ALENCAR - Agradeço o aparte de Vossa Excelência e era só, Sr. Presidente.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE - (Antônio Annibelli) Consulto a Liderança do PL se fará uso do seu horário.

Havendo declinado, consulto a Liderança do PCB.

Havendo declinado, consulto a Liderança do PTB.

Havendo declinado, consulto a Liderança do PDT.

Com a palavra, o Sr. Deputado Airtton Cordeiro.

O SR. AIRTON CORDEIRO - Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Hoje, em Primeira Discussão em Votação, são duas as mensagens do então Governador José Richa, que vem a Plenário sem nenhum parecer das Comissões Técnicas deste Poder.

Duas mensagens que considero importantes e de alguma complexidade política e que, na verdade, não poderiam ser trazidas

para este Plenário para deliberação dos Srs. Deputados, sem que os órgãos técnicos pudessem ir mais a fundo na apreciação das matérias a fim de que os Parlamentares pudessem votar mais conscientemente estas duas questões.

O primeiro é o Projeto de Lei n. 100/86, de autoria do Poder Executivo que objetiva autorizar este mesmo Poder Executivo a doar ao Município de Cascavel os lotes de terrenos n. 1 a 22, da Quadra 6 e 1 a 12 da Quadra 157-A, do loteamento Curitiba, da sede do referido município.

Este projeto, se encontra em regime de urgência e sem pareceres. É uma área da qual temos o conhecimento de ser um pouco nebulosa, por antecedentes que já foram constatados, assunto sobre o qual necessitamos de um maior esclarecimento.

Então, como pode o Poder Executivo abrir mão desta área, doando-a a um município, e existem, na mensagem governamental, como em todas as mensagens de doação, condições para o cumprimento do ato de doação, e é evidente que a Assembléia não pode passar por cima dos inúmeros aspectos desta questão.

A outra mensagem governamental fundamenta-se no Projeto de Lei n. 92/86, que visa criar a Secretaria de Estado da Comunicação Social. Aqui, o que se observa, é a intenção clara do Sr. Governador José Richa, de pretender legitimar uma decisão sua, pois criou a Secretaria de Comunicação Social, por decreto, e manda - ao apagar as luzes do seu governo -, uma mensagem a este Poder para criar, através de lei, aquilo que ele criou e instituiu por um decreto de sua autoria.

Esta matéria também não contém nenhum parecer e está em Regime de Urgência.

Além do aspecto político do aproveitamento nítido do Governador, querendo que esta Casa legitime uma ação sua, adotada por uma via que ele combateu tanto, politicamente, que é o decreto-lei.

O Plenário desta Casa vai ter que votar esta matéria, sem nenhum parecer.

O Sr. Gilberto Carvalho - Vossa Excelência me permite um aparte?

O SR. AIRTON CORDEIRO - Concederei o aparte ao Deputado Gilberto Carvalho, mas quero apenas ajudá-lo no aparte que vai conceder em seguida.

Devo lembrar que sou favorável à criação da Secretaria de Comunicação Social.

Aliás, apresentei requerimento neste sentido, em 1979, e lembro-me muito bem dos pronunciamentos que foram feitos da tribuna desta Casa pelos Deputados Nilso Sguarezi e Nestor Baptista, pronunciamentos estes de condenação à Secretaria de Comunicação Social.

Hoje, estou curioso para saber qual é o posicionamento destes e de outros parlamentares sobre esta questão que é agora de iniciativa do Governo do PMDB.

Então, quero requerer à Mesa a retirada destas duas mensagens para que elas voltem às Comissões Técnicas para que as mesmas apreciem o seu conteúdo e ofereçam parecer à matéria.

Devo lembrar mais ao Presidente da Casa, pois, recentemente, dois projetos de nossa autoria vieram também à Ordem do Dia sem pareceres; o Deputado Antônio Annibelli, como relator da matéria da Comissão de Justiça, mantendo esses projetos em seu poder por mais de dois anos. Então, é o caso de se perguntar o que é que se está fazendo aqui, o que é que as Comissões Técnicas da Casa estão fazendo e como é que nós, Parlamentares, podemos votar matérias que não passam pelo crivo das Comissões Técnicas?

Concedo o aparte, com satisfação, ao ilustre Deputado Gilberto Carvalho.

O Sr. Gilberto Carvalho - Nobre Deputado

Airton Cordeiro, quero cumprimentar Vossa Excelência, pois já havia notado estes dois projetos sem os pareceres das Comissões.

Além de contrariar o dispositivo regimental, é um desrespeito à Comissão e até aos próprios Srs. Deputados, sem entrar no mérito das mensagens, porque nós não as estudamos. Não passaram pelas Comissões e chegaram hoje para a Ordem do Dia, sem que nenhum Deputado tenha tomado conhecimento.

Quero dizer a Vossa Excelência que terá o nosso integral apoio, para que os referidos projetos de lei retornem às Comissões, que venham melhor instruídos e com pareceres para que os Srs. Deputados possam melhor estudá-los.

Trata-se de uma matéria criando uma Secretaria de Estado e não pode ser votada, assim, a toque de caixa, sem se ouvir pelo menos as Comissões, principalmente a Comissão de Constituição e Justiça.

Cumprimento Vossa Excelência e repito, terá o nosso integral apoio.

O SR. AIRTON CORDEIRO - Agradeço ao eminente Deputado Gilberto Carvalho, ao apoio dado a esta nossa iniciativa, e, certamente, Deputado Gilberto, a preocupação de Vossa Excelência é a nossa preocupação, a preocupação dos Parlamentares que não querem votar cegamente as matérias que vêm a este Plenário.

Falávamos ainda há pouco, quando apartávamos o Deputado Rubens Bueno, que o Poder Legislativo já está tão desgastado no Brasil, que a população questiona tanto a necessidade da existência do Poder Legislativo, e quando este Poder não cumpre

o mínimo de sua obrigação, que é analisar cuidadosamente as matérias que vêm para nossa apreciação.

Chegamos então à conclusão de que nós não temos razão alguma para existir e se nós persistirmos nesses erros, evidentemente estaremos dando, cada vez mais, um reforço maior à opinião daqueles que se opõem à própria existência do Poder Legislativo.

Atravessamos um período crítico, um período realmente muito delicado e, lamentavelmente, estamos hoje encurralados. Ou nós decididamente enfrentamos esta crise que abala o Poder Legislativo, ou vamos capitular diante da crise e nos entregar por inteiro à opinião pública. Temos que adotar uma postura que signifique a valorização do Poder Legislativo.

Faço até um apelo à Presidência da Casa, a quem compete legalmente a definição da Ordem do Dia, que não inclua mais na Ordem do Dia matérias que não tenham pareceres. Que a Presidência, usando de suas prerrogativas, cobre uma atuação eficiente das Comissões Técnicas deste Poder, porque é lamentável o que está acontecendo.

O Sr. Fuad Nacli - Vossa Excelência me permite um aparte? - (Assentimento).

Quero cumprimentar Vossa Excelência pelo dia de hoje, pois temos notado que Vossa Excelência, no decorrer dos mandatos que vem cumprindo, representando o povo condignamente, sempre tem levantado, nesta Casa, os interesses do povo, e com referência às Comissões Técnicas, acho que foi um assunto oportuno e bem lembrado por Vossa Excelência.

Nós, que recebemos na quinta-feira, da Comissão de Constituição e Justiça, quatro projetos, demos o parecer. Vossa Excelência pode ficar tranquilo, que na terça-feira a CCJ terá apreciado os pareceres.

Temos notado no decorrer de muito tempo, o Regime de Urgência, na maioria dos projetos que têm vindo ao Plenário. E isto é um desgaste total aos Srs. Deputados, à opinião pública, porque votamos aqui a "toque de caixa". Então, haveria só um alternante, que seria o de determinar com as Comissões. Aí então, não haveria necessidade das Comissões, porque se estas existem, é para que elas apreciem as mensagens e os projetos dos Srs. Deputados, desde que se trate de aplicação de dinheiro em despesa.

Quero cumprimentá-lo pelo vosso pronunciamento, pois estou de acordo com Vossa Excelência e acho que esta Presidência tomará as devidas providências necessárias cabíveis a estes dois projetos, e aos outros que porventura estiverem para entrar na Ordem do Dia. Que seja distribuído e que se faça um levantamento em todas as Comissões sobre os projetos que estão pa-

Curitiba, segunda, em 16.06.86

rados, porque não podemos é continuar aqui votando com Regime de Urgência, projetos sem nenhum parecer.

Obrigado.

O SR. AIRTON CORDEIRO - Quero agradecer o aparte do Deputado Fuad Naci e reitero o apelo à presidência, para que não inclua na Ordem do Dia matérias sem pareceres, ao mesmo tempo que requeiro a retirada dessas duas mensagens para audiência das Comissões Técnicas da Casa.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE - (Antônio Annibelli) Esta Presidência acata o requerimento do Deputado Airtton Cordeiro, e declara que o PDT foi o último partido a indicar os membros da Comissão de Constituição e Justiça, a única Comissão que pertence a este Partido, e o fez no dia 02 de junho. E que, mantendo a coerência do requerimento do Deputado Erondy Silvério, na semana passada, que retirou dois projetos de discussão e votação, por não terem os pareceres, e fará da mesma forma, mantendo a coerência desta Presidência.

O SR. NESTOR BAPTISTA - (Pela Ordem) Sr. Presidente, não houve oportunidade de um aparte ao orador do PDT que ocupava a tribuna.

Apenas para dizer que já no mês próximo passado, a Bancada do PMDB fez as indicações dos membros das Comissões. E aproveito a oportunidade para apelar aos Srs. Deputados, para que instalem essas Comissões, já que a indicação foi feita, os nomes estão devidamente relacionados e não cabe apenas à Liderança levar um a um para que tenham a função de sua responsabilidade.

O SR. PRESIDENTE - (Antônio Annibelli) Consulto a Liderança do Partido da Frente Liberal, se fará uso do seu tempo.

Havendo decinado, consulto a Liderança do Partido Democrático Social.

Havendo declinado,

Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 58 Srs. Deputados.

Sobre a mesa, projeto de autoria do Sr. Deputado Márcio Almeida, constante do expediente. Necessita de apoio. Apoiado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Ferrari Júnior, constante do expediente, solicitando preferência para votação do Projeto de Lei n. 50/86, de autoria do Sr. Deputado Nelson Buffara, que acrescenta o item VIII ao Título "Dos Distribuído-

res", da Tabela XVI (Atos dos Contadores, Distribuidores e Depositários Públicos), constante do Anexo da Lei n. 6.149 de 09 de setembro de 1970. Aprovado.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Edilson Alencar, constante do expediente, solicitando preferência de votação ao Projeto de Lei n. 25/86, que se encontra em Redação Final. Aprovado.

De conformidade com os requerimentos de preferência de votação para os Projetos de Lei n. 50/86 e 25/86 acima aprovados:

2.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n. 50/86, de autoria do Deputado NELSON BUFARA, que acrescenta o item VIII ao Título "Dos Distribuidores", da Tabela XVI (Atos dos Contadores, Partidores, Distribuidores e Depositários Públicos), constante do anexo da Lei n. 6.149, de 09/09/70. Com PARECER FAVORÁVEL DA C.C.J. por unanimidade. Com SUBSTITUTIVO GERAL e em REGIME DE URGÊNCIA.

Em discussão o Projeto e o Substitutivo.

Em votação o Substitutivo Geral. Rejeitado.

Em votação o Projeto. Aprovado, artigo por artigo.

REDAÇÃO FINAL - Do Projeto de Lei n. 25/86, que dispõe, que o servidor inativo do Estado que tenha exercido ou venha a exercer, após aposentado, cargo em comissão por um período mínimo de 03 (três) anos consecutivos ou em 05 (cinco) alternados, terá seus proventos de inatividade revistos, conforme especifica. Aprovado.

#### REDAÇÃO FINAL DO

#### PROJETO DE LEI N. 25/86.

A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná.

#### D E C R E T A:

Art. 1.<sup>o</sup> - O servidor inativo do Estado que tenha exercido ou venha a exercer em comissão por um período mínimo de 3 (três) anos consecutivos ou 5 (cinco) anos alternados, terá seus proventos de inatividade revistos na data de seu desligamento do cargo que venha exercendo ou a partir da data do ato da revisão se já houver sido desligado, tendo como base o cargo de maior símbolo, desde que exercido por um período não inferior a 1 (um) ano.

Parágrafo Único - Se, nas condições deste artigo, o cargo em comissão exercido não se conformar aos símbolos estabelecidos para os cargos em comissão do Poder Executivo, a revisão far-se-á, pelos vencimentos do de maior símbolo, ficando assegurado o mesmo tratamento pelo exercício de cargo diretivo de órgão da Administra-

ção Indireta do Estado.

Art. 2. - Na hipótese de funcionário aposentado em situação de acumulação, o benefício desta aplicar-se-á somente a um dos cargos.

Art. 3.<sup>o</sup> - Esta lei entrará em vigor na data sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 10/06/86.

(aa) IVAN GUBERT

Presidente

ERONDY SILVÉRIO

Relator

Passaremos à apreciação do restante da matéria constante da Ordem do Dia:

Em Votação.

REDAÇÃO FINAL - Do Projeto de Lei n. 19/86, que concede o Título de Cidadão do Paraná, ao Padre JOSEF CHRISTIANWIL BOSMANS, atual vigário do Município de Pranchita. Aprovado.

Em Votação.

3.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução n. 16/86 (Mensagem n. 05/86 ex-Proposição n. 26/86), oriundo do PARECER APROVADO POR UNANIMIDADE da Comissão de Constituição e Justiça, que aprova os Convênios celebrados entre o Estado do Paraná, através da Secretaria da Cultura e do Esporte, com as partes, datas e objetivos conforme especifica. Aprovado.

Em Votação.

3.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - Do Projeto de Resolução n. 15/86 (Mensagem n. 04/86 ex-Proposição n. 25/86), oriundo do PARECER APROVADO POR UNANIMIDADE da Comissão de Constituição e Justiça, que aprova os termos de revigoração, celebrados pelo Estado do Paraná, através da Secretaria da Indústria e do Comércio, com as partes e datas que especifica. Aprovado.

Em Votação.

1.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n. 100/86, de autoria do Poder Executivo (Mensagem n. 57/86), que objetiva autorizar o Poder Executivo a doar ao Município de Cascavel os lotes de terrenos n. 1 a 22, da quadra 6, e 1 a 12 da quadra 157-A, do Loteamento Curitiba, da sede do referido município. Sem PARECERES em REGIME DE URGÊNCIA. Aprovado.

Em Votação.

1.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n. 111/86, de autoria do Deputado HERMAS BRANDÃO, que estabelece normas para o registro de Oficinas Mecânicas de Desmanche de Veículos, e dá outras providências. Sem PARECERES: Aprovado.

REDAÇÃO FINAL -Do Projeto de Lei n. 27/86, que declara de utilidade pública a LOJA MAÇONICA DA LUZ, com sede nesta Capital. Aprovado.

REDAÇÃO FINAL DO

PROJETO DE LEI n. 27/86

A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1.º - Fica declarada de utilidade pública a LOJA MAÇONICA MENSAGEIROS DA LUZ, com sede e foro na Cidade de Curitiba.

Art. 2.º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 10/06/86.

(aa) IVAN GUBERT

Presidente

ERONDY SILVÉRIO

Relator

REDAÇÃO FINAL - Do Projeto de Lei n. 38/86, que denomina RODOVIA BENTO FERNANDES DIAS, o trecho que liga as Cidades de Cianorte, São Lourenço, Araruna e Campo Mourão. Aprovado.

REDAÇÃO FINAL DO

PROJETO DE LEI N. 38/86

A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1.º - Fica o Poder Executivo autorizado a denominar RODOVIA BENTO FERNANDES DIAS, o trecho que liga as Cidades de Cianorte, São Lourenço, Araruna e Campo Mourão.

Art. 2.º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 10/06/86.

(aa) IVAN GUBERT

Presidente

ERONDY SILVÉRIO

Relator

a DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n. 2/86, de autoria do PODER EXECUTIVO (Mensagem n. 66/86), que objetiva criar a Secretaria de Estado da Comunicação Social SECS, destinada a planejar, coordenar, executar e dirigir as atividades relativas à área de Comunicação Social do Estado, abrangendo todas as unidades da administração direta, conforme especifica. Sem PRECERES em REGIME DE URGÊNCIA. Aprovado.

Curitiba, segunda, em 16.06.86

PROJETO DE LEI N. 92/86

A Assembléia Legislativa do  
Estado do Paraná

D E C R E T A:

Art. 1.º - Fica criada a Secretaria de Estado da Comunicação Social - SECS -, com o objetivo de planejar, coordenar a execução e dirigir as atividades relativas à área de Comunicação Social do Estado, abrangendo todas as unidades da administração direta e indireta.

Parágrafo Único. Como Secretaria de Estado de natureza substantiva, caberá à SECS, no cumprimento de suas finalidades:

I - assessorar o Governador do Estado no relacionamento com a imprensa local, nacional e estrangeira, visando a centralização e ordenamento do intercâmbio de informações entre o Governo e a Sociedade;

II - coordenar e controlar a divulgação das ações administrativas e políticas do Governo, através de campanhas publicitárias e orientar na programação financeira destas;

III - estabelecer diretrizes de Comunicação Social a serem observadas pelas unidades setoriais de imprensa do Poder Executivo;

IV - divulgar as atividades da administração direta e indireta do Estado;

V - realizar pesquisas no sentido de manter o Governador do Estado ciente do comportamento da opinião pública a respeito das atividades governamentais;

VI - planejar, organizar e executar programas de conferências, palestras, seminários, exposições, congressos e mesas redondas, sobre assuntos de interesses do Estado;

VII - manter controle referente a campanhas publicitárias e matérias divulgadas pelos veículos de comunicação, efetuadas pelos órgãos da administração direta e indireta do Estado;

VIII - coordenar e controlar a divulgação das atividades do Estado do Paraná, através da redação de notícias para utilização por jornais, rádios, televisões e de reportagens e documentários em texto, fotografias, audiovisuais e videotapes;

IX - programar a cobertura dos eventos em que o Estado participar;

X - manter arquivo de notícias e fotografias, slides e comentários da imprensa de todo o País sobre as atividades do Estado, para fins de consulta e estudo;

XI - prestar à comunidade, as in-

formações de que necessitar sobre as atividades do Estado;

XII - organizar programas de visitas à diversas repartições públicas e às obras da Administração;

XIII - exercer outras atribuições necessárias ao cumprimento de suas finalidades.

Art. 2.º - O Conselho de Comunicação Social, instituído pelo Decreto n. 561, de 31 de maio de 1979, com as alterações determinadas pelo Decreto n. 3.790, de 06 de setembro de 1984, passa a integrar a Secretaria de Estado da Comunicação Social - SECS.

Art. 3.º - A estrutura organizacional básica da Secretaria de Estado da Comunicação Social - SECS -, obedecerá ao disposto no artigo 12 e seus incisos, da Lei n. 6.636, de 29 de novembro de 1974, complementada pelas unidades de nível departamental a serem definidas nos termos do artigo 15, da referida Lei.

Art. 4.º - Para atender às necessidades da Secretaria de Estado da Comunicação Social, ficam criados os cargos de provimento em comissão descritos no anexo I, desta Lei.

Art. 5.º - A Paraná Radiodifusão S/A - RADIPAR, instituída pela Lei n. 6.635, de 29 de novembro de 1974, passa a vincular-se à Secretaria de Estado da Comunicação Social.

Art. 6.º - Fica incluída no artigo 120, da Lei n. 6.636, de 29 de novembro de 1974, a alínea "i", com a seguinte redação.

"i"- A Rádio Estadual do Paraná, fica subordinada à Secretaria de Estado da Comunicação Social".

Art. 7.º - Fica o Poder Executivo autorizado a abrir um crédito especial no limite de Cz\$ 4.500.000,00 para atender as despesas de implantação e manutenção administrativa da Secretaria de Estado da Comunicação Social e proceder as transferências de recursos para a Rádio Estadual do Paraná, servindo para a respectiva cobertura qualquer das formas especificadas no art. 43, § 1.º, da Lei Federal n. 4.320, de 17 de março de 1964.

Parágrafo Único. A Rádio Estadual do Paraná deverá ter seu orçamento próprio aprovado por decreto do Chefe do Poder Executivo, "ad referendum" da Assembléia Legislativa do Estado.

Art. 8.º Fica o Poder Executivo autorizado, dentro dos limites dos respectivos créditos, a proceder por decretos às transferências dos saldos orçamentários das unidades remanejadas, a fim de atender aos objetivos da presente Lei.

Parágrafo Único. No exercício em que ocorrer o remanejamento, por conveniência

administrativa a execução orçamentária e contábil das unidades remanejadas poderá ser processada de acordo com a vinculação constante na Lei Orçamentária anual, constituindo-se o Secretário de Estado da Comunicação Social como ordenador de despesas.

Art. 9.º - A Secretaria de Estado da Comunicação Social assumirá as dotações orçamentárias da Secretaria de Estado Extraordinária para Assuntos de Comunicação Social, permanecendo vigentes os códigos e o programa de trabalho incluído na Lei Orçamentária Anual.

Art. 10. - O Poder Executivo aprovará, por Decreto, o Regulamento da Secretaria de Estado da Comunicação Social - SECS -, no prazo de 90 (noventa) dias.

Art. 11. - Os cargos de "Assessor de Comunicação Social" constantes da Lei n. 8.002, de 06 de dezembro de 1984, passam a ter a denominação de "Assessor", sob a mesma simbologia.

Art. 12. - Ficam extintos os cargos de provimento em comissão descritos no Anexo II, desta Lei.

Art. 13. - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 05 de maio de 1986.

(a) Poder Executivo

ANEXO - I a que se refere o art. 4.º

| QUANT. | DENOMINAÇÃO                           | SIMBOLOGIA |
|--------|---------------------------------------|------------|
| 01     | Secretário de Estado                  |            |
| 01     | Diretor Geral                         | DAS-1      |
| 01     | Chefe de Gabinete                     | DAS-1      |
| 01     | Diretor da Rádio Estadual do Paraná   | DAS-5      |
| 04     | Chefe de Coordenadoria                | DAS-5      |
| 16     | Chefe de Centro de Comunicação Social | 1-C        |
| 04     | Assessor                              | 1-C        |
| 04     | Chefe de Grupo Setorial               | 1-C        |
| 04     | Assistente Técnico de Grupo Setorial  | 2-C        |
| 02     | Assistente                            | 2-C        |
| 02     | Oficial de Gabinete                   | 6-C        |

ANEXO II a que se refere o art. 12

| QUANT. | DENOMINAÇÃO | SIMBOLOGIA |
|--------|-------------|------------|
|--------|-------------|------------|



|    |   |     |
|----|---|-----|
| 04 | Assessor de Imprensa CC                       | 3-C |
| 01 | Assessor de Imprensa SEPL                     | 3-C |
| 01 | Assessor de relações públicas SEAG            | 3-C |
| 01 | Assessor de Imprensa SECE                     | 3-C |
| 01 | Assessor de Imprensa e Relações Públicas SEED | 3-C |
| 01 | Assessor de Imprensa SEIC                     | 2-C |
| 01 | Assessor de Imprensa SEIN                     | 3-C |
| 01 | Assessor de Imprensa SESP                     | 3-C |
| 01 | Assessor de Imprensa SETR                     | 3-C |

1ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Resolução n. 25/86 (ex-Proposição n. 71/86-ofício n. 004/86), oriundo do PARECER APROVADO por unanimidade da COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO e JUSTIÇA, que aprova as contas da Caixa Beneficente dos Funcionários da Assembléia Legislativa do Estado, referente ao exercício financeiro de 1985. Aprovado.

#### COMISSÃO DE TOMADA DE CONTAS

#### PROJETO DE RESOLUÇÃO N. 25/86

Artigo Único: São aprovadas as contas da Caixa Beneficente dos Funcionários da Assembléia Legislativa do Estado.

Sala das Comissões, em 29 de maio de 1986.

(aa) TRAJANO BASTOS

Presidente

ERONDY SILVÉRIO

Relator

#### COMISSÃO DE TOMADA DE CONTAS

#### PROPOSIÇÃO N. 71/86

#### P A R E C E R:

A presente Proposição tem por finalidade a prestação de contas junto a este Poder Legislativo, da verba da Assistência Social, correspondente ao exercício de 1985, repassada à Caixa Beneficente dos Funcionários da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná CABENFALE.

De acordo com o ofício n. 004/86 - da entidade acima anunciada, o total da verba repassada por este Poder Legislativo, no exercício de 1985, foi num montante de Cr\$ 500.000.000 (Quinhentos milhões de cruzeiros). Nas alegações aqui apresentadas, tal importância caracterizou-se como insuficiente para o atendimento efetivo que vem sendo prestado pela CEBENFALE ao seu corpo

associativo, visto que o total, efetivamente aplicado, foi no valor de Cr\$ 614.951.534.

Nos termos do demonstrativo que acompanha a prestação de contas, podemos constatar que a verba repassada por este Poder Legislativo, foi devidamente aplicada em prol do atendimento médico - hospitalar que a CABENFALE vem prestando ao seu corpo associativo.

Nestas condições, opinamos favoravelmente à aprovação da prestação de contas aqui apresentada, com a devida baixa de responsabilidade, junto aos órgãos desta Casa, através do Projeto de Resolução, que anexo apresentamos.

Sala das Comissões, em 29 de maio de 1986.

(aa) TRAJANO BASTOS

Presidente

ERONDY SILVÉRIO

Relator

O SR. PRESIDENTE - (Antônio Annibelli)

Sobre mesa, requerimento de autoria do Sr. Deputado Ivan Gubert, constante do expediente de sessão anterior, solicitando voto de pesar, pelo falecimento do Sr. Valdomiro Vieira, ocorrido no dia 07 do mês de junho do corrente ano, nesta Capital. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria da Sra. Deputada Amélia Hruschka, constante do expediente de sessão anterior, solicitando voto de pesar, pelo falecimento do Sr. José Gonçalves Neto, ocorrido no Município de Barbosa Ferraz. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Antônio Annibelli, constante do expediente de sessão anterior, solicitando regime de urgência para o Projeto de Lei n. 126/86, oriundo da Mensagem Governamental n. 72/86. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Basílio Zanusso, constante do expediente de sessão anterior solicitando regime de urgência para a Proposição n. 47/86, oriundo da Mensagem Governamental n. 30/86. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Tércio Albuquerque, constante do expediente de sessão anterior, solicitando regime de urgência ao Projeto de Lei n. 117/86, que concede Título de Cidadão Honorário ao Sr. Presidente da República, e a sua subsequente inclusão na Pauta da Ordem do Dia, fundamentado no Art. 108, do Regimento Interno desta Casa. Aprovado.

O SR. GILBERTO CARVALHO - (Pela Ordem) Senhor Presidente, consulto a Mesa para saber se o Projeto de Lei n. 50/86 foi retirado da Ordem do Dia, no item 9? Vossa Excelência não colocou em votação?

O SR. PRESIDENTE - (Antônio Annibelli) Para este Projeto foi requerida a preferência de votação e foi o primeiro projeto aprovado.

O SR. GILBERTO CARVALHO - Não é este. Acho que preferência de votação foi para o Projeto n. 25/86.

O SR. PRESIDENTE - (Antônio Annibelli) O 50 e o 25. Foi o primeiro projeto aprovado na sessão.

O SR. GILBERTO CARVALHO - Muito Obrigado.

O SR. ANTÔNIO BELINATI - (Pela ordem). Sr. Presidente, considerando que foi aprovado por esta Casa, foi sancionado pelo Sr. Governador, foi publicada em Diário Oficial. Esta Casa por unanimidade de seus Pares, num gesto democrático, concedeu o Título de Cidadão Honorário do Paraná ao brilhante Deputado Federal José Alencar Furtado, na condição de Líder do PDT. Requerio a Vossa Excelência, por gentileza, que fixe a data, - considerando que este título foi aprovado em 1983, para a concessão desta homenagem deste Poder a José Alencar Furtado.

O SR. PRESIDENTE - (Antônio Annibelli) Vossa Excelência requeira por escrito a esta Presidência e a Comissão Executiva marcará a data da entrega do referido Título.

Em votação...

Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Dirceu Manfrinato, constante do expediente de sessão anterior, solicitando Regime de Urgência ao Projeto de Lei n. 39/86, bem como sua subsequente inclusão na Pauta da Ordem do Dia, fundamentada no Art. 108, do Regimento Interno. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Aníbal Khury, constante do expediente de sessão anterior, solicitando regime de urgência, para o Projeto de Lei n. 99/86, que objetiva alterar a redação do Art. 40, da Lei Complementar n. 14, de 26/05/82, modificado pela Lei Complementar n. 19, de 20/11/83. (Altera critérios de promoção da Política Civil - por anuidade e merecimento). Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria dos Srs. Deputados Gilberto Carvalho e Leônidas Chaves, constantes de expediente, de sessão anterior, solicitando o envio de expediente, ao Sr. Diretor-Presidente da SANEPAR, por intermédio da Secretaria do Interior, encarecendo a perfuração de um poço semi-artesiano, na sede do Distrito de Poema, Município de Pitanga. Aprovado. À Diretoria

Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Edgard Pimentel, constante do expediente, de sessão anterior, solicitando a transcrição nos Anais da Casa, dos artigos "O Luto dos Colibris" e "Carajás da Soja", publicados no Jornal "O Paraná". Aprovado. À Diretoria Legislativa. A matéria acha-se publicada no final desta Ata).

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Antônio Belinati, constante do expediente, de sessão anterior, solicitando voto de congratulações ao Jornal "A Voz de Rolândia", do Município de Rolândia. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Adhail Sprenger Passos, constante do expediente de sessão anterior, solicitando votos de aplauso à UPE, pela posse da nova diretoria. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Nelson Buffara, constante do expediente, de sessão anterior, solicitando o envio de expediente aos Srs. Presidente da República, Ministro da Agricultura e Planejamento, Governador do Estado e Secretários da Agricultura e Planejamento, enviando cópia do pronunciamento "Apoio à Agricultura". Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Gilberto Carvalho, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de telex, ao Sr. Ministro da Educação, manifestando apoio à indicação do Prof. Felipe Tiago Gomes, para o Conselho Federal de Educação. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Rubens Bueno, constante do expediente, de sessão anterior, solicitando o envio de expediente, a Senhora Superintendente da FUNDEPAR, por intermédio da Secretaria da Educação, encarecendo o envio de 150 carteiras, para a Escola Estadual João Pessoa - Ensino de 1.º Grau, do Município de Araruna. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Rubens Bueno, constante do expediente, de sessão anterior, solicitando o envio de expediente, ao Sr. Secretário da Saúde e Bem-Estar Social, encarecendo maior apoio ao setor, existente no Município de Roncador. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Rubens Bueno, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente a Senhora Superintendente da FUNDEPAR, por intermédio da Secretaria da Educação, encarecendo a liberação de materiais escolares aos educandários da rede estadual, no Município de Peabiru. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Rubens Bueno, constante do expediente, de sessão anterior, solicitando o envio de expediente, ao Sr. Secretário dos Transportes, viabilizando a pavimentação asfáltica, ligando os Municípios de Mamborê - Nova Cantu - e Altamira, do Paraná. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Rubens Bueno, constante do expediente, de sessão anterior, solicitando o envio de expediente, a Senhora Diretora-Superintendente da FUNDEPAR, por intermédio da Secretaria da Educação, encarecendo recursos para a construção de uma quadra esportiva, para a Escola Estadual Professor Léo Kohler - Ensino de 1.º Grau, do Município de Terra Boa. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Rubens Bueno, constante do expediente, de sessão anterior, solicitando o envio de expediente, ao Sr. Secretário dos Transportes, encarecendo a construção de uma ponte sobre o Rio das Antas, no Município de Barbosa Ferraz. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Rubens Bueno, constante do expediente, de sessão anterior, solicitando o envio de expediente, ao Sr. Presidente do Tribunal de Justiça, encarecendo a implantação de uma Junta de Conciliação e Julgamento, no Município de Campo Mourão. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Rubens Bueno constante do expediente, de sessão anterior, solicitando o envio de expediente, aos Srs. Presidente da República, Ministro da Indústria e Comércio e ao Presidente da EMBRATUR, protestando contra a entrega de contas publicitárias do Governo Federal a agências multinacionais. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Rubens Bueno, constante do expediente, de sessão anterior, solicitando voto de congratulações pela passagem dos 52.º aniversário de emancipação política e administrativa do Município de Sertãozinho. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Rubens Bueno, constante do expediente, de sessão anterior, solicitando voto de congratulações pela passagem do 15.º aniversário do Jornal "Tribuna da Cidade". Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Rubens Bueno, constante do expediente, de sessão anterior, solicitando o envio de expediente, ao Sr. Secretário dos Transportes, encarecendo a recuperação e conservação do setor rodoviário na região da Vila Yolanda, Município de Ubatuba. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Rubens Bueno, constante do expediente, de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Sr. Ministro da Previdência e Assistência Social, viabilizando as reais possibilidades de implantação de uma agência do INAMPS, no Município de Moreira Salles. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Tadeu França, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário da Segurança Pública, encarecendo para que as atuais integrantes das carreiras policiais (feminina), quaisquer que sejam, passem a integrar para efeitos de promoção a carreira masculina, cujo número de vagas é superior e possibilita uma progressão mais rápida do que atualmente ocorre. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Tadeu França, constante do expediente, de sessão anterior, solicitando o envio de expediente de sessão anterior, solicitando aos Srs. Governador do Estado e Secretários da Segurança Pública e Administração, encarecendo a elevação dos índices percentuais dos Policiais Civis, notadamente os Escrivões de Polícia. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Tadeu França, constante do expediente, de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário da Segurança Pública, encarecendo a designação como Secretário do Conselho da Polícia Civil, um Escrivão de Polícia. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Tadeu França, constante do expediente, de sessão anterior, solicitando o envio de expediente aos Senhores Governador do Estado e Secretário da Segurança Pública, encarecendo índices de igualdade na gratificação de representação da instituição da Polícia Civil. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Antonio Belinati, constante do expediente de sessão anterior, solicitando votos de congratulações à Rádio Londrina, por ser a rádio de maior alcance no Norte do Paraná, gozando do mais alto respeito e credibilidade junto a opinião pública. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Ivan Gubert, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente, ao Sr. Secretário da Casa Civil, encarecendo as seguintes informações: durante os meses de maio e junho de 1986, a subchefe do Cerimonial esteve em viagens pelo exterior? Em caso afirmativo, quais os dias e destino das mesmas, bem como qual a finalidade destas viagens? Além de

outras informações. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Antônio Annibelli, constante do expediente de sessão anterior, solicitando votos de congratulações, ao Jornal "O Comércio", pela passagem do seu 55.º aniversário de fundação.- Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Fiori Luiz, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário da Reforma Agrária, encarecendo a solução dos sérios conflitos que vêm ocorrendo na Fazenda São Jorge, antiga Fazenda Iuó, Município de São Jerônimo da Serra.- Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Nelson Vasconcellos, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário das Finanças, encarecendo a implantação de uma agência do Banco do Estado do Paraná, no Distrito de Ivaté, Município de Umuarama.- Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Nelson Vasconcellos, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente, aos Srs. Ministros do Planejamento e das Comunicações, viabilizando o fim do depósito compulsório dos lucros da TELEPAR para a TELEBRÁS - SEPLAN e aplicação destes recursos na expansão do sistema telefônico do Paraná.- Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Antônio Belinati, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente aos Srs. Presidente da República, do Senado, da Câmara dos Deputados, ao Ministro da Justiça, aos Líderes de Bancadas Partidárias no Senado e Câmara, ao Presidente da Comissão Provisória de Estudos Constitucionais, aos Senadores e aos Deputados Federais do Paraná, encarecendo a manutenção das Polícias Militares, como organizações responsáveis pelo patrulhamento ostensivo e manutenção da ordem pública.- Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Antônio Belinati, constante do expediente de sessão anterior, solicitando voto de congratulações ao Jornalista Estêlio Feldman, pelo lançamento do livro "Constituinte e Municipalismo".- Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Rubens Bueno constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário da Segurança Pública, encarecendo reformas gerais nas instalações da Delegacia de Polícia do Município de Iretama.- Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Rubens Bueno, constante do expediente, solicitando o envio de expediente a Senhora Diretora-Presidente da FUNDEPAR, por intermédio da Secretaria da Educação, viabilizando a liberação de material esportivo para a Escola Estadual Dom Pedro II - Ensino de 1.º Grau, do Município de Janiópolis.- Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Rubens Bueno, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário da Segurança Pública, viabilizando reformas gerais nas instalações da delegacia policial do Município de Fênix.- Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Rubens Bueno, constante do expediente, solicitando o envio de expediente, a Senhora Diretora-Superintendente da FUNDEPAR, por intermédio da Secretaria da Educação, encarecendo a construção de uma quadra esportiva, na Escola Estadual IV Centenário - Ensino de 1.º Grau, do Distrito do mesmo nome, Município de Goioerê. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Rubens Bueno, constante do expediente, solicitando o envio de expediente, a Senhora Diretora-Superintendente da FUNDEPAR, por intermédio da Secretaria da Educação, viabilizando o envio de material esportivo para a Escola Estadual Papa Paulo VI - Ensino de 1.º Grau, do Município de Engenheiro Beltrão. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Rubens Bueno, constante do expediente, solicitando o envio de expediente, ao Senhor Diretor do Banco do Brasil, encarecendo o desmembramento da agência localizada no Município de Campina da Lagoa, em relação à agência do Município de Ubitatã. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Orlando Pessuti, constante do expediente, solicitando o envio de expediente ao Senhor Secretário dos Transportes, encarecendo reparos em trechos de acostamento da Rodovia BR-272, entre os Municípios de Mauá e Porto Ubá. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Orlando Pessuti, constante do expediente, solicitando o envio de ofício ao Senhor Secretário dos Transportes, encarecendo a construção de pistas laterais na principal via de acesso ao Município de Ivaiporã. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhores Deputados Ervin Bonkoski e Nelson Buffara, constante do expediente, solicitando votos de congratulações ao Município de Matinhos, pela passagem do 19.º aniversário de

instalação. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhora Deputada Amélia Hruschka, constante do expediente, solicitando o envio de expediente, ao Senhor Superintendente do INAMPS, encarecendo o aumento de cotas de internamentos hospitalares de 87 para 150, e de aumento do número de consultas para três (3) tetos, do Hospital e Maternidade Santo Antônio, no Município de Mamborê. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Edilson Alencar, constante do expediente, solicitando o envio de expediente, aos Senhores Ministros dos Transportes, Agricultura, Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente, Diretor do DNER, Governador do Estado, Secretários dos Transportes, Agricultura e da Cultura e Esporte, viabilizando alterar a trajetória da rodovia que liga os Municípios de Capanema a Medianeira. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Márcio Almeida, constante do expediente, solicitando o envio de expediente, ao Senhor Secretário da Indústria e Comércio, viabilizando medidas que assegurem às empresas, com mais de 100 empregados, o cumprimento da legislação vigente, que obriga a manterem creches para os filhos de seus funcionários. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Antônio Belinati, constante do expediente, solicitando votos de congratulações, ao Município de Quitandinha, pela passagem do seu aniversário de emancipação política. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Antônio Belinati, constante do expediente, solicitando seja fixada a data para a entrega do Título de Cidadão Honorário do Paraná, ao Deputado José Alencar Furtado, aprovado por esta Casa em 1983, e já devidamente sancionado pelo Senhor Governador do Estado. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Esta Presidência marcará a data e comunicará ao Senhor Deputado autor do requerimento.

Requerimento de autoria do Senhor Deputado Fiori Luiz, constante do expediente de sessão anterior, solicitando o envio de expediente ao Senhor Secretário da Indústria e Comércio, encarecendo medidas que assegurem às empresas com mais de 100 empregados, o cumprimento da legislação vigente que as obriga a manterem creches para os filhos dos funcionários. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para terça-feira, dia 17, às 10:00 ho-

Curitiba, segunda, em 16.06.86

ras com a seguinte

ORDEM DO DIA:

3.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n. 50/86.

2.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução n.25/86.

Levanta-se a sessão.

MATÉRIA CUJA TRANSCRIÇÃO NOS ANAIS DA CASA, FOI APROVADA A REQUERIMENTO DO SENHOR DEPUTADO EDGARD PIMENTEL, EM SESSÃO DO DIA 16 DE JUNHO DE 1986.

"O LUTO DOS COLIBRIS E CARAJÁS DA SOJA"

Emir Sfair.

Jornal "O PARANÁ"

A pajelança, um show indígina na TV, foi o seu canto do cisne. Na terça-feira, enquanto o Brasil inteiro olhava para os televisores coloridos que contam a história da Copa e os colibris se escondiam dos foguetes espoucados em todas as cidades e vilas, morreu Augusto Ruschi, o primeiro pesquisador do mundo a estudar os beija-flores no cativeiro, o primeiro ecologista a advertir o país para o perigo da desmatização e do uso indiscriminado dos defensivos agrícolas.

Foi ele quem me disse, aqui em Cascavel, numa tertúlia vespertina no Hotel Deville, que o Brasil é um Israel as avessas, pois lá se tranforma desertos em terras férteis, investindo milhões de dólares, e "aqui se faz da erra fértil um grande deserto".

"Se o agricultor não defender a terra, se ele não lutar pela preservação da flora e da fauna, muito em breve nós só teremos desertos e o cheiro da morte", advertiu na ocasião.

Não esqueci jamais as lições do homem dos colibris. Ele deixou frases e exemplos, nas palestras e nos contatos que aqui fez, trazido pelo então Secretário de Agricultura e hoje deputado, seu conterrâneo, Edgard Pimentel, quando Jacy Scana-gatta era o prefeito da cidade. Veio para ver a região, veio para sentir o crime que se comete contra a natureza, e aqui anunciou sua revolta contra aqueles que colocavam o imediatismo acima da proteção a terra e ao meio ambiente.

Ontem o corpo de Ruschi foi sepultado na floresta de Santa Tereza, a 80 quilômetros de Vitória, e ao redor de sua sepultura os passarinhos certamente cantarão suas tristes canções, as flores construirão uma eterna primavera e a floresta resistirá a sanha do homem que de machado e moto-serra quer derrubar todas as matas.

Ao Espírito Santo, sua terra natal, fica agora apenas a memória do cientista que lutou sempre pela proteção ao meio am-

biente sem jamais se contrapor ao progresso. O governo capixaba aprendeu, nos últimos anos, a importância de suas teses e sempre que tinha em mãos um projeto que modificasse o meio ambiente, o procurava e ouvia sua opinião.

De Ruschi, o Oeste deve ouvir os conselhos e as recomendações que ficaram. Ele pediu aos agricultores que evitassem a violência contra a terra. Pediu a preservação da florestas e o mapeamento das plantações.

Em homenagem a sua memória, devemos respeitar os seus conselhos, e pedir a Deus que no futuro não sejamos obrigados a perder a amizade e a presença dos pássaros, estes amigos que nas manhãs de outono e primavera anunciam a chegada do sol.

O luto dos colibris, a saudade dos ecologistas, não podem ser apenas notícias dos jornais, devem sim, ser o aviso ao futuro para que os ensinamentos de Ruschi não sejam apenas palavras arquivadas e esquecidas".

#### "CARAJÁS DA SOJA"

Fico triste quando a desinformação de alguns companheiros de imprensa prejudica nossa região. Ontem mesmo, dois jornalistas conceituados de Curitiba, voltaram a investir contra o projeto da Ferrovia da Produção, mais por desconhecimento do projeto que por má fé ou desejo de nos prejudicar. No "Estado", Enock de Lima Pereira, que pelo seu passado teria a obrigação de conhecer as limitações de nosso corredor, mistura a idéia de uma ferrovia a sua disposição de criticar o ex-secretário Chico Simeão. Diz Enock: "...se organiza (deve ser a terceira vez) uma caravana de autoridades, políticos e jornalistas para conhecer o funcionamento do sistema Carajás, integrante da Cia. Vale do Rio Doce, entidade que elaborou o pré-projeto da "Ferrovia da Produção". Pelo visto, vem aí um novo festival de mordomias em torno de uma obra faraônica e cuja necessidade ou prioridade (O grifo é nosso) até hoje ninguém explicou direito.

Outro articulista curitibano, que trabalha no outro lado (Correio) também comenta esta frase: "Acho o Chico um delirante com essa história da Ferrovia da Produção, que ele, mais que o governador

ou qualquer outra liderança, jogou na mesa dos Ministérios, "vendendo" como viável uma fantasia próxima da Ferrovia de Aço". Esta frase é de Luiz Geraldo Mazza, também um advertente da construção de nossa ferrovia que sistematicamente ataca a idéia do sistema de transportes sem ter se aprofundado nos estudos sobre sua viabilidade ou não. Comparar a Ferrovia da Produção com a do Aço, é, no mínimo, um absurdo, principalmente paranaense que deveria, no mínimo, conhecer os problemas econômicos de seu Estado.

A Ferrovia da Produção não é um festival de mordomias porque os empresários e políticos do Oeste que tem viajado a Carajás (já foram feitas duas viagens) cobrem as suas despesas e ainda pagam as dos jornalistas convidados. Ninguém pode nos condenar por gastar nosso dinheiro que não vem dos cofres públicos. Em segundo lugar, não é o delírio de um homem mas sim o sonho de uma região que carrega nas costas o Paraná e que tem sido fator importante de equilíbrio da balança comercial brasileira. Ignorar a produção de nossa região é lamentável. E afirmar que se deseja uma ferrovia, e um sistema de transporte, para diminuir os preços dos fretes, simplesmente para atender aos sonhos (ou delírios de um homem) é desconhecer as limitações de nosso corredor de exportação por via rodoviária.

Seria bom, por exemplo, que os jornalistas curitibanos que desconhecem o sistema integrado de transportes (rio, rodovia, porto, mar, produção, armazenamento) tomassem conhecimento das conclusões a que chegaram os integrantes do Encontro Nacional sobre o Transporte fluvial da Bacia da Prata, que foi realizado em Corumbá (MT). "As perspectivas de safras agrícolas cada vez maiores em Rondônia e Mato Grosso - cerca de dois milhões de toneladas por ano - aliadas a deficiência do transporte rodoviário na região, transformam o rio Paraguai no meio mais viável para o escoamento desta produção".

O que tem a Ferrovia da Produção a ver com isso? devem perguntar os articulistas curitibanos. Eu gostaria de recomendar a leitura do relatório feito pela Cia. Vale do Rio Doce sobre a nossa Carajás da Soja".